

1 Introdução

Esta dissertação tem como objetivo central buscar compreender a forma pela qual Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Visão do Paraíso*, aborda as distintas possibilidades de manifestação da subjetividade renascentista, através da comparação entre os diferentes modos como os portugueses e espanhóis que colonizaram o continente americano expressavam a sua crença no mito do paraíso terrestre. Compreender a forma pela qual Sérgio Buarque compara as modalidades de crença entre portugueses e espanhóis é compreender também como este autor lida com as contradições, com as tensões entre elementos paradoxais que, no entanto, disputaram a condução das ações e das imaginações de homens que viveram, por assim dizer, em um espaço demarcado pelos mesmos “limites do pensável”^{1*}. E é ainda compreender a forma pela qual Sérgio Buarque percebe como esses homens incorporaram, eles mesmo, as contradições que informavam as suas ações e imaginações.

Ao iniciar a pesquisa, a minha leitura de *Visão do Paraíso* foi intermediada pela idéia de que a contradição entre *tradição e modernidade* era a única chave possível para apreender a obra de Sérgio Buarque. Ao fim de uma primeira e superficial leitura de *Visão do Paraíso*, confirmei precipitadamente esta idéia, ao concluir que o argumento central do livro calcava-se na oposição entre o tradicionalismo (e mesmo o arcaísmo) dos colonizadores portugueses e a modernidade dos espanhóis.

Esta conclusão precipitada fundou-se no argumento recorrente de Sérgio Buarque de que, enquanto os portugueses operavam com o mito através de um realismo tipicamente medieval e, portanto, arcaico para o período, os espanhóis faziam-no de forma a reforçar os seus aspectos fantásticos e mágicos, deixando

¹ CHARTIER, R., *A História Cultural*, p. 40.

* A expressão “limites do pensável” é utilizada por Chartier para aludir ao argumento de Lucien Febvre e da historiografia dos *Annales* segundo o qual o pensamento de um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos não pode ultrapassar certos limites impostos pela estrutura e pelos “utensílios” do pensar de sua época.

transparecer o caráter imaginativo e idealista do homem renascentista. Segundo Sérgio Buarque, embora portugueses e espanhóis cultivassem, em um primeiro momento, a expectativa de encontrar o Éden bíblico nas terras do Novo Mundo, a experiência da conquista e da colonização fez divergir a relação que cada um dos colonizadores estabeleceu com o mito. Os espanhóis, para quem a fantasia, a magia e os ideais abstratos ocupavam um lugar central na relação com a realidade empírica, confirmaram a expectativa inicial. Os portugueses, ao contrário, imbuídos de realismo e sobriedade, adaptaram-se com presteza à experiência imediata, concreta e plausível da realidade e, para tanto, despojaram o mito dos seus aspectos fantásticos e sobrenaturais.

Desse modo, em um primeiro momento, *Visão do Paraíso* me pareceu, em um certo sentido, dar continuidade ao argumento desenvolvido por Sérgio Buarque, vinte anos antes, em *Raízes do Brasil*, segundo o qual o tradicionalismo brasileiro, herança de nossos colonizadores lusitanos, constitui um entrave à formação de uma sociedade democrática moderna, fundamentada em uma solidariedade impessoal. E embora a oposição entre o arcaísmo português e a modernidade espanhola esteja ausente em *Raízes do Brasil*, a contraposição entre um colonizador espanhol que impõe cálculos, planos e idéias abstratas ao meio natural e um colonizador português que adere plasticamente a este meio sem muito alterá-lo — contraposição que se encontra presente em um dos capítulos fundamentais do livro — só fez confirmar a minha suposição inicial.

Em um artigo sobre *Raízes do Brasil*, George Avelino Filho parte desta contraposição para compreender quais traços da colonização portuguesa do Brasil dificultam, na perspectiva de Sérgio Buarque, a constituição de uma sociedade alicerçada nos princípios abstratos da democracia:

Divergindo nesse aspecto da colonização espanhola — que procurava, com variados graus de intensidade, superpor sua cultura à cultura local, de forma a torná-la um prolongamento da sua —, a colonização portuguesa teve uma feição marcadamente prática, concreta e pouco espiritual. Ela foi obra do tipo aventureiro — o audacioso que segue uma ética de valorização dos esforços que tenham compensação imediata e não tem limites em sua capacidade de exploração — em detrimento mas não exclusão do tipo trabalhador, que valoriza o esforço metódico e persistente rumo à compensação final, pessoal. Esta incapacidade de abstração, discriminação e planejamento resulta numa sociedade desorganizada, agitada apenas por pendências entre facções e famílias.²

² FILHO, G. A., *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 6.

No entanto, há que se levar em conta, em primeiro lugar, as diferenças entre *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*. Confrontar essas diferenças pode ser útil para uma melhor compreensão da especificidade deste último livro na obra de Sérgio Buarque.

Ao contrário de *Raízes do Brasil* — que foi o primeiro livro de Sérgio Buarque, publicado em 1936, e possui um caráter fortemente ensaístico e interdisciplinar, combinado as perspectivas historiográfica e sociológica —, *Visão do Paraíso* é, inequivocamente, uma obra de historiografia. Este último livro, apresentado em 1958 como tese para o concurso de cátedra da Faculdade de filosofia da Universidade de São Paulo, e publicado como livro dois anos mais tarde, é, como afirmou Maria Odila Leite da Silva Dias, “uma obra de erudição sofisticada”³, em que os argumentos do autor aparecem no diálogo constante com as fontes, sobretudo com os textos de autores medievais, renascentistas e barrocos. Entre estes, destacam-se os cronistas que escreveram acerca da experiência da conquista e da colonização do continente americano.

O texto é construído em torno do tema das “visões” medievais e renascentistas do paraíso terrestre. No primeiro, no sexto e no décimo segundo e último capítulo, Sérgio Buarque desenvolve a tese central do livro. Os capítulos restantes são dedicados à genealogia do mito do Éden e dos motivos edênicos — o que leva o autor a recorrer a textos greco-romanos e medievais —; a alguns motivos edênicos que exerceram uma particular influência no imaginário dos conquistadores do Novo Mundo, como o motivo do clima ameno, nem quente nem frio, do qual desfrutariam aqueles que tivessem acesso ao Éden, tratado no capítulo intitulado “*non ibi aestus*”; e às especificidades que as “visões” do paraíso assumiam na América portuguesa. Há, ainda, inúmeras exceções à tese central que, através de um movimento argumentativo dialético, acabam por reafirmá-la.

De forma inversa ao que acontece em *Raízes do Brasil*, quando aborda, em *Visão do Paraíso*, os traços que marcam a subjetividade de colonizadores portugueses e espanhóis, Sérgio Buarque coloca uma ênfase muito maior no seu significado do que na sua “significância”. Por outras palavras, esses traços são tomados no sentido que possuem no contexto em que foram forjados e não pela

³ DIAS, M. O. L. S., *Sérgio Buarque de Holanda*, p. 32.

sua relevância para a compreensão do presente. Esta relevância é, sem dúvida, sugerida por Sérgio Buarque. Todavia, pela própria natureza do texto, ela não é desenvolvida. No prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, escrito dez anos após a apresentação da tese, o autor afirma que, conquanto não o tenha realizado no livro, o estudo dos motivos edênicos “poderia servir (...) como contribuição para a boa inteligência de aspectos de nossa formação nacional ainda atuantes nos dias de hoje”⁴. Mais adiante, todavia, alerta para o perigo de o historiador ambicionar ressuscitar o passado ou pretender nele encontrar soluções para os problemas do presente, quando o que deve é buscar no passado a compreensão para as questões do presente. O historiador, na sua relação com o passado, deve exercer muito mais o papel do exorcista que do taumaturgo:

uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas do seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em procurar afugentar do presente os demônios da História. Quer isto dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre.⁵

Há, por conseguinte, uma diferença fundamental no desenvolvimento das mesmas questões em *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso* na medida em que, neste último, é o caráter histórico da análise que orienta a diferenciação entre portugueses e espanhóis. Em um texto sobre a relação de Sérgio Buarque com os estudos do barroco, Guilherme Simões Gomes Júnior chama a atenção para essa diferença ao afirmar que, em *Visão do Paraíso*, os aspectos do conservadorismo português “são todos derivados da trama da história, e não de um modelo de conotação dedutiva”⁶, como o presente em *Raízes do Brasil*. Além disso, as “oposições binárias” subjacentes à caracterização das diferenças entre portugueses e espanhóis já não se encontram em *Visão do Paraíso*.

Com o avançar da pesquisa, me pareceu mais interessante uma leitura de *Visão do Paraíso* que deslocasse o centro do argumento de Sérgio Buarque da contraposição entre o tradicional e o moderno para a contraposição entre a plasticidade portuguesa e o idealismo espanhol. Este deslocamento não pretende

⁴ HOLANDA, S. B., *Visão do Paraíso*, p. X.

⁵ *Ibid.*, pp. XVII-XVIII.

⁶ JÚNIOR, G. S. G., *Palavra Peregrina*, p. 116.

negar o fato de que se encontram presentes, também em *Visão do Paraíso*, as “tensões entre as tradições e a mudança histórica”, as quais Dias diagnosticou serem o “fulcro inspirador comum”⁷ ao conjunto da obra de Sérgio Buarque. O que se pretende é afirmar que os portugueses da era dos grandes descobrimentos não podem ser fixados em um dos polos da tensão, o polo da tradição. A plasticidade portuguesa, caracterizada pela adesão à realidade concreta e imediata, comporta traços arcaicos e traços modernos.

Tanto os colonizadores portugueses quanto os espanhóis, no seu modo de crer e de lidar com a experiência, nas suas ações e nas suas imaginações, foram homens do Renascimento e manifestaram as tensões entre as continuidades e as discontinuidades entre a Idade Média e o começo dos Tempos Modernos. Além disso, seria equivocado estabelecer uma oposição rígida entre as ações e as imaginações, entre a experiência da realidade empírica e as crenças. Paul Veyne, ao escrever sobre a crença dos gregos na sua mitologia, prefere falar em verdades do que em crenças, visto que “as próprias verdades eram imaginações”⁸, como, em um certo sentido, são todas as verdades. Isto não significa que as verdades sejam falsas, mas sim que a

“imaginação, pode-se ver, não é a faculdade psicológica e historicamente conhecida por esse nome; ela não amplia nem em sonhos nem profeticamente as dimensões dos frascos onde estamos presos: ao contrário, ela levanta barreiras e, fora desse frasco, nada existe. (...) Nesses frascos moldam-se as religiões ou as literaturas, tanto quanto as políticas, as condutas e as ciências.”⁹

Crenças, imaginações e verdades são provisórias e, portanto, historicizáveis. Também o são a sua relação com a experiência e a própria concepção de experiência. Os colonizadores portugueses dos séculos XVI e XVII eram extremamente realistas quando se viam confrontados com a experiência imediata e atual da conquista e da colonização de um espaço geográfico inteiramente novo. E, se esse realismo não era muito diferente, como afirma Sérgio Buarque, daquele que caracterizava a arte de fins da Idade Média, quando conjugado ao caráter plástico dos portugueses, ele induzia à incorporação de uma nova concepção de experiência.

⁷ DIAS, M. O. L. S., *Sérgio Buarque de Holanda*, p. 11.

⁸ VEYNE, P., *Acreditavam os gregos em seus mitos?*, p. 9.

Os portugueses aderiam plasticamente à experiência inédita da natureza e da vida no Novo Mundo, muitas vezes em detrimento de uma outra experiência, aquela que era sinônimo de tradição, a experiência herdada das gerações anteriores e que incluía a crença no mito. Sem dúvida, eles apreendiam essa experiência inédita através das suas categorias tradicionais e identificavam no novo o já conhecido. Contudo, ainda que muitas vezes batizassem a geografia, a fauna e a flora do Novo Mundo, com os nomes adventícios do Velho Mundo, eles não eram insensíveis ao caráter inédito dessa experiência.

Isto não quer dizer que os portugueses tenham substituído a expectativa de verem confirmada no Novo Mundo a crença de que em algum ponto da Terra se encontra um sítio paradisíaco — que é talvez o Éden bíblico do qual foram expulsos os nossos primeiros antepassados — pela experiência de uma realidade que nada tinha de paradisíaca. A subjetividade portuguesa era a tal ponto plástica que foi capaz de conjugar esta crença com uma experiência que a contradizia. Os colonizadores portugueses incorporaram a contradição entre o tradicional e o arcaico, aderindo realisticamente à experiência e cultivando a crença, com todo o seu vigor, como aspiração. E, como aspiração, a crença jamais se confirma ou realiza através da experiência presente. Ela é relacionada à uma experiência localizada em um passado mítico remoto e projetada em um futuro também mítico e remoto. Quanto à experiência atual da colonização, os portugueses lidaram com ela de maneira bastante “naturalista”, vale dizer, não procuraram impor a ela, por artifícios mentais, as crenças, imaginações e idealizações abstratas e preconcebidas. É neste ponto que divergem fundamentalmente dos espanhóis. E é em uma apreensão da comparação entre portugueses e espanhóis, empreendida por Sérgio Buarque, a partir da tensão entre as noções de *natureza* e *artifício* que vai se desenvolver esta dissertação.

No Capítulo 1, procuro definir a especificidade de *Visão do Paraíso*, em relação a *Raízes do Brasil* e os livros que tratam do tema das entradas e bandeiras, no que se refere à questão da plasticidade do caráter português. Em *Raízes do Brasil, Caminhos e Fronteiras* e *Monções*, a plasticidade e a adaptabilidade são associadas ao caráter dos colonizadores portugueses tal como em *Visão do*

⁹ Ibid., p. 10.

Paraíso. Em *Raízes do Brasil* a plasticidade e mesmo o desleixo que caracterizaram a ocupação litorânea dos territórios luso-americanos é contraposto à ocupação da América espanhola, que obedeceu a uma ordenação artificiosa do espaço, moldando a natureza segundo noções abstratas. A plasticidade dos lusitanos e o idealismo dos espanhóis são apresentados como duas manifestações da nossa “herança ibérica”, que veio a assumir, na América portuguesa, as formas da cordialidade. Em *Caminhos e Fronteiras* e *Monções*, a plasticidade dos bandeirantes se faz presente na adesão a um modo de vida aparentemente primitivo, mas que resultou em um empreendimento inovador. A incorporação pelo bandeirante de aspectos da vida material dos indígenas, que poderia indicar um retrocesso em relação aos padrões de civilidade europeus, foi de fundamental importância para que se desse a adaptação ao novo território e nele se desenvolvessem novos e específicos padrões de vida. A peculiaridade de *Visão do Paraíso* consiste em que, neste livro, a plasticidade portuguesa não se refere apenas à capacidade de adaptação a uma nova geografia, a um novo clima, a novos hábitos, enfim, a novas experiências, mas também à capacidade de adaptação à contradição existente entre experiência e mito.

No Capítulo 2, busco apreender as diferenças entre colonizadores portugueses e espanhóis em *Visão do Paraíso*, transferindo o ponto de vista da análise da contradição entre arcaico e moderno para a contradição entre idealismo espanhol e plasticidade lusitana. A caracterização da forma como os colonizadores puritanos da América do Norte relacionaram crença no mito e experiência está presente no desenvolvimento do argumento como parâmetro para a comparação entre portugueses e espanhóis. As categorias weberianas de *racionalidade de dominação do mundo* e *racionalidade de ajustamento ao mundo* são utilizadas como instrumento teórico para melhor definir as diferenças dos colonizadores do Novo Mundo, no que diz respeito a associação entre crença e experiência.

Os colonizadores puritanos promoviam uma “internalização” do mito. E o mito, funcionava como um símbolo dos valores e princípios puritanos internalizados. Portanto, tal como esses valores e princípios, o Éden tinha de ser “imposto” ao mundo. De certa forma, a experiência do Novo Mundo foi transformada em um experimento, através do qual os colonizadores puderam conhecer e conquistar o mundo. E, assim, eles buscaram fazer deste mundo imperfeito, mas agora controlado pela ciência e pela razão, um novo paraíso

terrestre, no molde daquele descrito pelas Sagradas Escrituras. Entre os povos ibéricos, ao contrário, o Éden é externo, vale dizer, encontra-se *a priori* no mundo e não no coração dos homens. No caso dos colonizadores espanhóis, o idealismo se manifesta na coincidência entre mito e experiência empírica. Ainda que os pretendam submeter o mundo ao seu ideal, este mundo não é campo de experimento. Já entre os portugueses, a experiência contradiz a crença no mito mas, ao contrário do que ocorre entre os colonizadores puritanos, não há a tentativa de impor o mito ao mundo. Experiência e mito convivem de forma contraditória mas, ao mesmo tempo, pacífica.

No terceiro e último capítulo, desenvolvo o argumento de que a plasticidade dos colonizadores portugueses não constitui uma discrepância em relação à cultura renascentista. Pelo contrário, ela é uma expressão da flexibilidade e da capacidade de empatia e improvisação, com as quais Thomas Greene e Stephen Greenblatt caracterizam, respectivamente, o sujeito renascentista. A adesão a um tipo de experiência que contradiz a crença tradicional denota a presença de um forte traço pragmático, traço que, segundo Sérgio Buarque, caracteriza particularmente os portugueses em oposição aos espanhóis. Ainda que a crença não seja abalada pela experiência que a contradiz, o pragmatismo, o realismo e a plasticidade dos portugueses permitiam que eles improvisassem diante das situações reais que lhes eram impostas e assim manipulassem a seu favor as circunstâncias e tomassem posse da nova terra.